



PARECER Nº 1303/2023-AJDG

Referência: Processo Administrativo Eletrônico nº 5314/2023

Assunto: Complementação da análise dos documentos produzidos na fase preparatória da licitação. Aviso de Dispensa eletrônica. Dispensa de Licitação. Lei nº 14.133/2021.

1. Trata-se de procedimento administrativo instaurado visando à contratação de palestra com o tema “Nutrição e Câncer”, destinada a servidores deste Tribunal, na modalidade presencial.
2. Vêm os autos a esta Assessoria Jurídica após o Parecer nº 1235/2023 (fls. 98-102), no qual foram analisados os documentos então produzidos, quais sejam, o Gerenciamento de Riscos e o Termo de Referência, pontuadas as alterações necessárias, assim como restou corroborado o entendimento externado pela Seção de Editais e Contratos, por meio da Informação nº 510/2023 – SEDIC (fls. 67-70), no sentido de que a contratação deverá ser realizada por meio de dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II e §1º, da Lei nº 14.133/2021, devendo ser adotada a dispensa de licitação, na forma eletrônica.
3. Desta feita, juntado o Gerenciamento de riscos (fls. 105-108) e o Termo de Referência atualizados (fls. 109-126), verifica-se a complementação da instrução atinente à fase preparatória para análise jurídica dos documentos produzidos com base nos dispositivos da Lei nº 14.133/2021, com a juntada dos seguintes documentos e informações:
 - a) Valor Estimado nº 67/2023 (fl. 128);
 - b) reservas orçamentárias (fls. 130-131);
 - c) minuta de Aviso de Dispensa Eletrônica e anexos (fls. 138-164).
4. Inicialmente, convém destacar que o Manual do Processo de Contratações do TRE/RN, instituído pela Portaria nº 11/2021-GP, que estabelece o fluxo a ser seguido nos processos de contratação no âmbito deste Tribunal foi elaborado com base na Lei 8.666/1993 e normativos que regravam o procedimento licitatório à época de sua edição, não havendo, até o momento, no âmbito deste Regional, regramento com base na nova lei.
5. Nesse sentido, atendo-nos ao que dispõem a Lei nº 14.133/2021 e as Instruções Normativas expedidas pela SEGES, com a finalidade de regulamentar os dispositivos da mencionada norma, faremos a análise objeto do presente processo.
6. Desta feita, juntada toda a documentação necessária à instrução da fase preparatória, submete-se a esta Assessoria para análise, segundo o regramento contido na Lei nº 14.133/2021, a qual nada menciona expressamente em relação à necessidade de aprovação dos referidos expedientes, mas disciplina a competência da Assessoria Jurídica para o exercício de controle prévio de legalidade previamente à determinação a ser proferida pela autoridade competente para divulgação do aviso de contratação direta.
7. No que se refere à minuta de aviso de dispensa eletrônica acostada às fls. 138-145, e anexos juntados às fls. 146-164, esta Assessoria Jurídica não identificou vício ou impropriedade

jurídica, concluindo que o referido expediente foi elaborado em consonância com a legislação pertinente e encontra-se adequado ao objeto a ser contratado, sugerindo-se apenas a seguinte alteração:

a) na tabela do **subitem 1.1 (fl. 146)** e **subitem 5.2.1 (fl. 148)** do **Termo de Referência** seja corrigida a data de realização do evento;

b) no **Valor Estimado (fl. 164)** seja corrigida a data de realização do evento.

8. Diante do exposto, esta Assessoria Jurídica, após a análise descrita no art. 53 da Lei nº 14.133/2021, entende inexistir óbice à que a Administração determine a divulgação do aviso de dispensa eletrônica, utilizando-se a minuta de fls. 138-164, realizadas as adequações sugeridas no parágrafo 7 deste Parecer, objetivando a contratação de palestra com o tema “Nutrição e Câncer” destinada aos servidores deste Tribunal, a ser realizada no plenário do prédio sede da Secretaria deste TRE/RN.

É o parecer.

Natal/RN, 12 de setembro de 2023.

Raquel de Freitas Andrade Potier
Analista Judiciário – AJDG

De acordo.

À consideração superior.

Arnaud Diniz Flor Alves
Assessor Jurídico da Diretoria-Geral